

Orçamento revisto deve sair em junho

13 MAI 1990

Novos cálculos já incluem afastamento de 350 mil servidores determinado na quarta

ROLF KUNTZ

O Congresso Nacional deverá receber na primeira semana de junho a versão revista do orçamento deste ano, já com o novo corte de pessoal incorporado às contas. Ao lado de gastos menores de custeio e de investimento, as previsões incluem um importante ganho de receita, uma soma entre 2,5% e 3% do produto interno bruto (PIB), segundo o secretário do Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Fonseca.

Sem o afastamento de 350 mil funcionários, determinado quarta-feira pelo presidente da República, os gastos previstos com pessoal nos orçamentos fiscal e da Previdência deveriam consumir cerca de 65% da receita tributária líquida, isto é, do que sobra para a União depois das transferências obrigatórias a Estados e municípios. Só a partir da revisão as contas federais estarão ajustadas para produzir, neste ano, um superávit fiscal de 2% do PIB. Como se prevê um déficit de 0,4% do PIB para Estados e municípios, a União e suas empresas talvez tenham de alcançar um superávit superior a 2%, admite Marcos Fonseca. Mas não há segurança quanto a isso. Se o crescimento da arrecadação federal se repetir nos Estados e municípios, diz o secretário, a situação poderá ser bem melhor do que a prevista até agora. "O fim do anonimato fiscal está produzindo um efeito fantástico", avalia Fonseca.

Calcular é recalcular a receita tem sido uma das grandes atividades de Brasília nos últimos seis meses. A primeira estimativa oficial foi aquela embutida na versão do orçamento aprovado pelo Congresso. Essa versão, muito inflada, previa um ganho real de receita de 3% do PIB em relação ao valor arrecadado em 1989. A atual previsão é de um ganho de 2,5% real em relação ao total recolhido no ano passado, mas esse cálculo ainda não inclui o efeito do fim do ano-

nomato fiscal. Aparentemente, a revisão foi para baixo. De fato, não foi. As contas originais foram refeitas e desinfladas. Por isso é possível falar num ganho entre 2,5% e 3% do PIB em relação ao que seria arrecadado, este ano, sem as novas medidas econômicas, explica o secretário do Planejamento. Essas contas também não incluem as possíveis receitas obtidas com a privatização de empresas e com a venda de outros itens do patrimônio federal.

A revisão do orçamento pressupõe uma inflação "muito baixa", mas o secretário não indica nenhum número. Quanto ao nível de atividade econômica, diz ele, não há cálculo confiável, neste momento.

Vai começar a batalha em defesa das diretrizes orçamentárias

A Secretaria do Planejamento está envolvida hoje em quatro tarefas: a revisão do orçamento deste ano, a preparação do plano plurianual, a montagem do orçamento para 1991 e o acompanhamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse projeto, em tramitação no Congresso, recebeu 359 emendas e agora começará o trabalho do relator, senador José Richa (PSDB-PR). Trata-se de um projeto mais austero que o do ano passado, diz o secretário, respondendo a crítica do deputado José Serra (PSDB-SP), pois cria condições para um orçamento compatível com um superávit de 1% do PIB em 1991.

Muitos parlamentares apresentaram emendas destinadas a garantir a Estados e municípios a rolagem pelo menos parcial de sua dívida externa. As propostas oscilam entre a rolagem de 70% e de 100% dos compromissos. O Executivo, adverte Fonseca, insiste em livrar o Tesouro do peso desse refinanciamento. "Nenhuma unidade da Federação", diz Fonseca, "tem dificuldades orçamentárias maiores que as da União". Não tem sentido, portanto, a União usar seus recursos ou, como antes, endividar-se no mercado para cobrir a dívida de Estados e municípios no Banco Central.